

UM ESTUDO SOBRE A BNCC E SUA APLICAÇÃO NO INTERIOR DO ALTO OESTE POTIGUAR

AQUINO, Marcos Barbosa de ¹
LIMA, Gabriela Oliveira ²
BATISTA, Lídia Rafaela Alves ³
SILVA, Ciclene Alves da ⁴

RESUMO

O presente trabalho, elaborado na disciplina de Política e Planejamento da Educação, configura-se sobre a compreensão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por professores da educação básica. A pesquisa é de carácter qualitativo, bibliográfico, documental e de campo, em que usamos como ferramenta de coleta de dados um questionário semiaberto. Através dos dados coletados foram feitas análises e discussões sobre o assunto. Este é um estudo realizado com professores da Educação Básica, da rede municipal de ensino da cidade de Rafael Fernandes/RN, onde percebemos o pouco conhecimento que eles apresentam sobre a temática e, em decorrência disso, ainda não é perceptível mudanças relativas ao currículo e/ou ações no ambiente escolar. Apesar disso, os professores teceram algumas críticas à BNCC, tais como a tecnicidade do documento e questões relativas à sua aplicação. Os resultados trazem esclarecimentos sobre a realidade da implementação e execução da BNCC nas escolas da referida cidade pesquisada.

Palavras-chave: BNCC, Currículo, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo aplicado exclusivamente à educação escolar, reflexo de “uma exigência dos órgãos internacionais” (MARSIGLIA et al, 2017, p.108). Além disso, se constitui como um ponto fundamental da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, (LDB). Desse modo, a LDB determinou em seu inciso IV, do artigo 9º, que a União deve estabelecer, em colaboração com Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para cada etapa da educação básica de “modo a assegurar formação básica comum” a todos (BRASIL, 1996).

¹Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, mbarbosq79@gmail.com

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, gabyolima3@gmail.com

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, lidiaalves754@gmail.com

⁴ Professora orientadora: Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, ciclenealves@bol.com.br

A função da BNCC é assegurar a todos estudantes da educação básica direitos de desenvolvimento de aprendizagens essenciais, conforme o pontua o Plano Nacional de Educação – PNE, 2014-2024. Seu intuito é fazer com que sejam fixados conteúdos basilares para o ensino, de forma que venha a garantir a formação básica comum, aprenda-se a respeitar os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (SOUZA, 2018). Espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, e que fortaleça a colaboração entre as três esferas do governo (União, Estado e Município), sendo necessário que sistemas, redes e escolas garantam essa aprendizagem comum (BRASIL, 2016).

Segundo Santos e Pereira (2016), as diretrizes não são uma tentativa de padronização educativa, elas constituem apenas orientações gerais para cada etapa da educação básica, definindo as áreas de ensino. Ademais, indica a interdisciplinaridade, a transversalidade e a contextualização como princípios adequados para um ensino de qualidade, sugerindo à escola como deve ser pautado a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens definidas na BNCC devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, definidas como mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que contribuam para a transformação da sociedade (BRASIL, 2016).

Dentre as competências, diretamente ligadas às decisões pedagógicas que devem ser tomadas para o seu desenvolvimento, o aluno não tem apenas que saber, ele precisa saber fazer, ou seja, colocar em prática os conhecimentos, habilidades e competências desenvolvidas. Além das políticas curriculares que são marcadas por características fundamentais da centralização curricular, produção de materiais didáticos e as avaliações externas do desempenho dos alunos.

Dessa forma, tendo como foco a BNCC, a pesquisa objetiva de forma geral identificar sua influência no currículo e na formação de professores da rede de ensino da cidade de Rafael Fernandes/RN. São objetivos específicos: compreender o conhecimento dos professores da educação básica acerca da BNCC e constatar como a BNCC tem influenciado esses professores.

O texto está organizado em três blocos, em que no primeiro trouxemos uma breve introdução do documento da BNCC e seus objetivos, e no segundo expomos os aportes teóricos que nos auxiliaram em nossas discussões. No terceiro terminamos por apresentar uma pesquisa de campo com professores da Educação Básica, especificamente da Educação Infantil e Ensino Fundamental, isso porque compreendemos que o professor assume papel decisivo nos processos de aprendizagem dos alunos, reconhecendo-se outros fatores essenciais como infraestrutura escolar adequada, formação do professor, dentre outros aspectos. Trata-se de uma realidade que demanda a articulação entre os sujeitos nos contextos de aprendizagem, no

horizonte apontado por Dias e Ponce (2015, p. 612) ao afirmar que “A produção de políticas é um processo complexo tensionado por diferentes forças, processos de significação em diferentes contextos e, portanto, tem o desafio de dar voz aos diferentes sujeitos *da e na* educação, a todo momento.”

O que se projeta na formação do currículo acaba projetando a forma sobre como ser professor, ou seja, os conteúdos, os conhecimentos que são selecionados no currículo vão implicar na prática docente.

Dessa forma, o terceiro momento da pesquisa prevê o diálogo no campo, em que utilizamos como ferramenta de coleta de dados um questionário com questões semiabertas que mais adiante será explicitado no contexto da metodologia.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritivo, documental e investigação de campo. O cenário de estudo foi a cidade de Rafael Fernandes/RN, que fica distante cerca de 400km de Natal, localizada no Alto Oeste Potiguar. Para a análise da pesquisa, investigamos as escolas Andorinha e Bem-te-vi, nomes fictícios, em que tivemos como participantes os docentes da rede municipal de ensino da cidade em questão. Foi realizada no ano de 2018, em que se utilizou uma amostra de seis participantes de um universo de 40 professores efetivos, sendo nove na escola Andorinha e 31 na escola Bem-te-vi. Estes professores foram escolhidos aleatoriamente, e de acordo com suas disponibilidades, sendo três da Educação Infantil e três do Ensino Fundamental. Para realização dos procedimentos técnicos de coleta de dados, adotamos um questionário, no qual optamos por uma questão fechada e quatro abertas. Os dados foram coletados a partir da aplicação de questionários, permitindo assim, uma análise do conteúdo.

DESENVOLVIMENTO

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC e os seus componentes têm o intuito de se complementarem para fazer com que existam uma aprendizagem essencial e definida para cada nível da educação básica (BRASIL, 2016). Nas etapas de ensino são necessários conteúdo específicos que possam estar de acordo com a idade, desenvolvimento intelectual e motor do aluno. Para cada etapa é definido “[...] o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...]”. (BRASIL, 2016, p.7).

É importante ressaltar que a BNCC surge no contexto dos anos 90, no século XX, em que o sistema neoliberal foi a base para o seu desenvolvimento:

A partir dos anos 1990, com o desenvolvimento do neoliberalismo no país, a educação pública brasileira foi sendo ajustada às demandas da ideologia da globalização. Para a potência hegemônica, a “nova era” pressupunha que os países pobres deveriam concentrar seus esforços em economizar tanto quanto possível para honrar os compromissos firmados com os credores financeiros (MARSIGLIA, et al, 2017, p. 112).

Com isso uma nova redefinição escolar ocorre com a intervenção do Banco Mundial, junto com programas como a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Após a mudança do Programa de Educação para Todos pelo Programa Todos pela Educação a partir dos anos 2000, a classe empresarial se articula em prol do Movimento pela Base Nacional Comum.

BNCC e currículos

O currículo escolar passa a ser a seleção e a organização do conhecimento. Souza (2018), acredita que essa nova organização não promove a autonomia docente, pela ausência de referências aos fundamentos do discurso científico. “[...] analisando o texto da BNCC, os PPPs sofrerão uma redução do seu papel como espaço de autonomia das escolas em relação à construção do seu currículo na medida em que a base curricular será a própria Base” (SOUZA, 2018, p. 76).

No que se refere ao currículo da Educação Infantil, a BNCC norteia os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, tais como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2016).

Sobre o Ensino Fundamental, aponta a questão da valorização de situações lúdicas de aprendizagem e articulações com as experiências vivenciadas na Educação Infantil para o desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo (BRASIL, 2016).

Para que essa proposta ocorra é necessário, conforme assegura a BNCC que haja o pacto federativo, onde cada ente federado (União, Estados, Municípios e o Distrito Federal) trabalhem em regime de autonomia e colaboração para que a proposta curricular exigida pela base seja efetivada. “Nesse regime de colaboração, as responsabilidades dos entes federados serão diferentes e complementares, e a União continuará a exercer seu papel de coordenação do processo e de correção das desigualdades” (BRASIL, 2016, p. 21).

Apesar da necessidade de um currículo comum nacional como documento norteador para padronização de componentes fundamentais para a educação básica ser “[...] discutidos nos fóruns educativos, e apontado como uma política que garante a igualdade de acesso à educação de qualidade em âmbito nacional” (SOUZA, 2018, p. 73), questiona-se se a BNCC, apesar de homologada, já apresenta resultados efetivos na sua execução nas escolas, e é nesse sentido que essa pesquisa se justifica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o objetivo geral, fomos em busca da investigação sobre a BNCC e sua influência no currículo e formação docente na cidade de Rafael Fernandes/RN. Nosso cenário de estudo foram duas escolas da rede municipal de ensino, conforme apresentamos na metodologia, a qual foram adotados os pseudônimos Andorinha e Bem-te-vi. Tendo participado 6 pessoas, um total de 15% do número efetivado na rede.

Do exposto, partimos para nossas análises.

Dos partícipes da pesquisa, quatro possuíam alguma formação a nível de graduação, os outros dois tinham somente o magistério em nível médio. Para analisarmos os dados os professores foram denominados por P1, P2, P3, para as docentes da Educação Infantil e P4, P5 e P6, professores do Ensino Fundamental, para assim preservarmos a sua identidade. Os dados foram analisados a partir dos olhares dos professores da Educação Infantil e das interpretações produzidas pelos professores do Ensino Fundamental.

De acordo com os dados levantados na pesquisa, constatamos que os professores pesquisados da Educação Infantil da cidade de Rafael Fernandes/RN possuem mais de 25 anos de atuação docente, porém, carecem, de uma formação continuada. Apenas uma das professoras possui uma formação acadêmica (graduada em pedagogia com especialização em psicopedagogia) e os outros participantes fizeram magistério e não deram prosseguimento.

Quando questionado a esses professores se conheciam a BNCC, suas respostas foram negativas. E ao formularem suas opiniões mencionaram que sabiam de algo superficial e seus conhecimentos adquiriram de uma palestra sobre a Base Nacional Comum Curricular, proporcionada em uma Unidade de Ensino em que trabalharam anos atrás. “O único conhecimento que tivemos dessa BNCC foi por uma palestra que foi aplicada em uma escola do nosso município, falando que iam mudar o currículo, mas até agora isso não aconteceu” como cita P2.

Percebe-se que não tiveram um aprofundamento no assunto, e as docentes narram ainda que não houve mudanças em suas práticas pedagógicas mesmo depois desse evento.

As interpretações dos professores do Ensino Fundamental foram mais esclarecedoras que dos professores da Educação Infantil. Os docentes estavam atuando na docência a menos de dois anos, com exceção de um docente que está há 15 anos exercendo a profissão, na qual vamos nomeá-lo de P4. Todos os professores possuíam alguma formação e estavam dando continuidade a ela. Já haviam ouvido falar na BNCC, assim tinham um pouco de entendimento do que a Base Nacional Comum Curricular se tratava. Ao questionarmos os professores sobre sua opinião e posicionamento acerca da BNCC tivemos algumas respostas.

Obtivemos do P4 o comentário que, considerava a BNCC como um fundamento, e que estava buscando seguir as propostas apresentadas, não se aprofundando nas discussões trazidas e seu discurso foi focado na sua área de formação (Letras Inglês), mas sem nenhum aprofundamento ou posicionamento sólido a ser relatado.

O P5 relatou que ainda não teve leitura sobre o documento, mesmo já o tendo, pois não teve tempo disponível para estudá-lo, assim não formulando um posicionamento concreto sobre a questão posta. Para ele, a escola deveria trazer essa temática, e os professores pudessem aprofundar-se mais nos debates das diretrizes.

A resposta do P6 foi que:

A BNCC é válida no sentido de padronização de conteúdos que tem que ser dados e explanados para a turma. Mas, ao mesmo tempo, ela “poda” um pouco nosso poder de liberdade de trazer conteúdos diferentes. Ela também traz em termos transversais, só que ela é um pouco fechada para isso, para poder explorar mais uma liberdade. Eu não tenho uma visão negativa da base, porém ainda há pontos que precisam ser melhorados.

Ou seja, a fala de P6 é reflexo das discussões em torno da Base, onde por um lado há concordância de uma padronização de conteúdos essenciais para todos, porém, ao mesmo tempo, existe a discussão sobre o risco de reduzir a prática do professor somente aos conteúdos instituídos no documento.

A ideia do P6 vai de encontro com o entendimento de Malachen citado por Marsiglia ao declarar que “a escola deve ser pensada de forma mais aberta e flexível, não apenas como espaço de reprodução de conhecimento, mas fundamentalmente como produção de conhecimento” (MARSIGLIA, 2017, p., apud MALACHEN, 2016).

Com esse entendimento nos questionamos se houve alguma mudança na forma de ensino, na estrutura curricular da escola. O P4 apontou em sua fala:

[...] em termos de município a gente tem pouco acompanhamento. Nós professores deveríamos estudar mais, planejar mais e simplificar mais para chegar até o aluno, e a gente deveria ter mais tempo para ter um acompanhamento melhor e não tem isso. Apesar de termos duas coordenadoras pedagógicas, cada professor deve buscar por si suas melhorias”.

Isto é um fato, tendo em vista que a BNCC até agora não tenha ao menos um parágrafo que discuta o papel do professor e a questão do ensinar (MARSIGLIA et al, 2017).

Além disso, a fala do P4, na qual afirma que o professor deve “simplificar” os conteúdos a serem ensinados, relaciona-se a algumas críticas que Souza (2018) tece sobre a sua redução nos currículos e, conseqüentemente, na formação docente, resultado dos conteúdos mínimos que a Base propõe.

O P5 argumenta que “[...] não houve uma mudança significativa nas questões do dia-a-dia. A maior diferença que eu percebi foi em relação aos livros didáticos, que vai haver uma padronização por conteúdos”, citando o exemplo da sua área de formação.

O P6 destaca em sua fala:

[...] o ensino está ficando muito técnico. Está acabando com os princípios de humanização e cidadania, partindo para um mundo muito técnico de ensino. Até as questões tecnológicas, estão trazidas aos poucos não instiga o aluno a ter curiosidade [...] eles têm uma aversão a livros hoje. Por conta dessas tecnologias, que são benéficas, mas ao mesmo tempo o aluno fica muito fixado a aquilo, com respostas prontas e que não instiga ele a pensar. De certa forma a base é positiva, porém tem esse lado negativo. Com o passar dos anos o objetivo da base foi se perdendo, portanto, não sou a favor, pois as mudanças não estão sendo benéficas e já percebemos resultados negativos nas avaliações dos alunos. É necessária uma base para nos nortearmos, mas não como esta está sendo implementada.”

Marsiglia et al (2017), vai de acordo com o entendimento do participante citado acima, quando menciona:

Quem realizar uma leitura, ainda que apressada, da segunda versão finalizada da Base na página do Ministério da Educação (MEC) e do documento “Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC”, vai observar a ausência de referência em relação aos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos, e a ênfase em métodos, procedimentos, competências e habilidades voltadas para a adaptação do indivíduo aos interesses do grande capital. (2017, p. 109)

É perceptível que diante das discussões supracitadas e dos referenciais pesquisados, nota-se que a BNCC está deixando a desejar no que diz respeito aos componentes das áreas humanas e passando a focar somente disciplinas técnicas voltadas estrategicamente para atender

as necessidades do mercado de trabalho. Com isso, há um ponto em comum entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental, nas questões voltadas sobre o ensino e aplicação da BNCC no município. Tratando-se da concepção do currículo na cidade, é necessário não somente interesse por parte dos docentes, como também apoio da gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas primeiras considerações, identificamos que a BNCC foi produzida tendo em vista a Constituição Federal de 1988, com o intuito de formar um documento padronizador de conteúdos essenciais, assim tentando nortear o trabalho docente.

Buscamos entender como a BNCC funcionava na prática, ou seja, como os professores aplicam os conteúdos básicos propostos pela BNCC na Educação Básica do município de Rafael Fernandes/RN. Vale ressaltar que é notório que a Base Nacional Comum Curricular não é promovida pelo próprio Município em questão, dificultando sua execução no ensino, além de que os próprios professores apesar de não terem formação suficiente para explicar a Base, também não buscam essa formação continuada e, assim, limitando mais ainda sua aplicação.

Através dessa pesquisa constatamos que: i) os professores têm pouco conhecimento sobre a BNCC; ii) a gestão municipal até o momento não implementou efetivamente as diretrizes da BNCC na Educação Básica; e iii) os professores notam que apesar de ser positiva a adoção do documento, percebem que a Base limita a liberdade para se trabalhar os conteúdos, assim como há presença demasiada de componentes técnicos.

Portanto, através dessa pesquisa de campo identificou-se a falta de conhecimento necessário para aplicar a base por parte dos professores e assim, existe um vasto caminho a ser percorrido até a BNCC ser implementada em todas as escolas do município. Diante de nosso estudo, chegamos a conclusão de que é necessário que o Município invista em formações dos professores acerca do documento em questão, a fim de que o executem efetivamente em sala de aula. Esclarecemos que é preciso ter consciência que a BNCC não deve ser interpretada como um currículo, e sim como o documento norteador da prática pedagógica da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª versão revista. Brasília: MEC, abr. 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: novembro 2018.

BRASIL. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: novembro 2018.

DIAS, Rosanne Evangelista; PONCE, Branca Jurema. **Formação docente frente às políticas no cenário de centralização curricular.** Revista e-Curriculum, v. 13, n. 4. São Paulo, Brasil. 2015, p. 612-615.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; et al. **A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 9, n. 1. Salvador, abr. 2017, p. 107-121.

SANTOS, Lucíola L. de C. P.; PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil.** Cad. Cedes, Campinas, v. 36, n. 100, set.-dez. 2016, p. 281-300.

SOUZA, Rachel Freire Torrez de. **Os efeitos da BNCC na formação docente.** OKARA: Geografia em debate, v. 12, n. 1, 2018, p. 69-79.